

SUMÁRIO

SUMÁRIO	5
APRESENTAÇÃO À 2ª EDIÇÃO	13
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 1988 (PARCIAL)	15
DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967 - <i>Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.</i>	18
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.167, DE 31 DE MARÇO DE 2023 - <i>Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para prorrogar a possibilidade de uso da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos art. 1º a art. 47-a da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.</i>	19
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 - <i>Lei de Licitações e Contratos administrativos.</i>	20
TÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	20
Capítulo I - Do Âmbito de Aplicação desta Lei	20
Capítulo II - Dos Princípios	22
Capítulo III - Das Definições	22
Capítulo IV - Dos Agentes Públicos	29
TÍTULO II - DAS LICITAÇÕES	31
Capítulo I - Do Processo Licitatório	31
Capítulo II - Da Fase Preparatória	36
Seção I - Da Instrução do Processo Licitatório	36
Seção II - Das Modalidades de Licitação	44
Seção III - Dos Critérios de Julgamento	47
Seção IV - Disposições Setoriais	49
Subseção I - Das Compras	49
Subseção II - Das Obras e Serviços de Engenharia	52
Subseção III - Dos Serviços em Geral	54

Subseção IV - Da Locação de Imóveis	56
Subseção V - Das Licitações Internacionais	56
Capítulo III - Da Divulgação do Edital de Licitação.....	56
Capítulo IV - Da Apresentação de Propostas e Lances.....	58
Capítulo V - Do Julgamento.....	60
Capítulo VI - Da Habilitação.....	61
Capítulo VII - Do Encerramento da Licitação.....	66
Capítulo VIII - Da Contratação Direta	67
Seção I - Do Processo de Contratação Direta	67
Seção II - Da Inexigibilidade de Licitação	67
Seção III - Da Dispensa de Licitação	68
Capítulo IX - Das Alienações.....	72
Capítulo X - Dos Instrumentos Auxiliares.....	74
Seção I - Dos Procedimentos Auxiliares.....	74
Seção II - Do Credenciamento	74
Seção III - Da Pré-Qualificação	75
Seção IV - Do Procedimento de Manifestação de Interesse	76
Seção V - Do Sistema de Registro de Preços	77
Seção VI - Do Registro Cadastral	79
TÍTULO III - DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	80
Capítulo I - Da Formalização dos Contratos	80
Capítulo II - Das Garantias.....	85
Capítulo III - Da Alocação de Riscos	87
Capítulo IV - Das Prerrogativas da Administração.....	88
Capítulo V - Da Duração dos Contratos.....	88
Capítulo VI - Da Execução dos Contratos.....	89
Capítulo VII - Da Alteração dos Contratos e dos Preços	93
Capítulo VIII - Das Hipóteses de Extinção dos Contratos.....	96
Capítulo IX - Do Recebimento do Objeto do Contrato	98
Capítulo X - Dos Pagamentos.....	99
Capítulo XI - Da Nulidade dos Contratos	101
Capítulo XII - Dos Meios Alternativos de Resolução de Controvérsias ...	102
TÍTULO IV - DAS IRREGULARIDADES.....	102
Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas	102

Capítulo II - Das Impugnações, dos Pedidos de esclarecimento e dos Recursos	106
Capítulo III - Do Controle das Contratações	107
TÍTULO V - DISPOSIÇÕES GERAIS	109
Capítulo I - Do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)	109
Capítulo II - Das Alterações Legislativas	112
“Capítulo II-B - Dos Crimes em Licitações e Contratos Administrativos.	112
Capítulo III - Disposições Transitórias e Finais	114
LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 1º DE JUNHO DE 2021 (PARCIAL) - Institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.....	117
DECRETO Nº 10.496, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - Institui o Cadastro Integrado de Projetos de Investimento. Alterado pelo Decreto nº 10.899, de 16 de dezembro de 2021.....	126
DECRETO Nº 10.764, DE 09 DE AGOSTO DE 2021 - Dispõe sobre o Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, de que trata o § 1º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.....	129
DECRETO Nº 10.818, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021 - Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.....	131
DECRETO Nº 10.947, DE 25 DE JANEIRO DE 2022 - Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o Plano de Contratações Anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.....	134
DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022 - Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de	

contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional..... 141

DECRETO Nº 11.317, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022 - Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021..... 152

Anexo - Atualização dos valores estabelecidos na lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 152

DECRETO Nº 11.430, DE 08 DE MARÇO DE 2023 - Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. 154

DECRETO Nº 11.461, DE 31 DE MARÇO DE 2023 - Regulamenta o art. 31 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre os procedimentos operacionais da licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, para alienação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, e institui o sistema de leilão eletrônico no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional..... 158

DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023 - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o Sistema de Registro de Preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional..... 167

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. 183

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021 - Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o sistema de dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. 188

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 116, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021 - Estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.	196
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 26, DE 13 DE ABRIL DE 2022 - Dispõe sobre a dispensa, o parcelamento, a compensação e a suspensão de cobrança de débito resultante de multa administrativa e/ou indenizações, previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, não inscritas em dívida ativa.	198
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022 - Dispõe sobre a Elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP Digital..	202
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022 - Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.....	208
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 77, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2022 - Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.....	225
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022 - Dispõe sobre a Elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR Digital.	230
INSTRUÇÃO NORMATIVA SGD/ME Nº 94, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022 - Dispõe sobre o processo de Contratação de Soluções de Tecnologia da	

<i>Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do poder executivo federal.</i>	235
Anexo I - Diretrizes Específicas de Planejamento da Contratação.....	260
Anexo II.....	266
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 96, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022 - <i>Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por maior retorno econômico, na forma eletrônica, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</i>	269
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 98, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022 - <i>Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</i>	286
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 103, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022 - <i>Dispõe sobre os procedimentos de seleção de imóveis para locação no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</i>	287
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 2, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2023 - <i>Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por técnica e preço, na forma eletrônica, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</i>	296
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 8, DE 23 DE MARÇO DE 2023 - <i>Altera a Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o sistema de dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</i>	312
PORTARIA SEGES/ME Nº 8.678, DE 19 DE JULHO DE 2021 - <i>Dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</i>	313

PORTARIA SEGES/ME Nº 938, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022 - <i>Institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso ii do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.</i>	321
PORTARIA SGD/MGI Nº 750, DE 20 DE MARÇO DE 2023 - <i>Estabelece modelo para a contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do sistema de administração dos recursos de tecnologia da informação - sisj do poder executivo federal.</i>	325
ÍNDICE DE ASSUNTOS	327